

Casa de Rui Nabeiro abre portas

A casa onde nasceu Rui Nabeiro vai abrir pela primeira vez ao público durante as Festas do Povo de Campo Maior 2026. A iniciativa integra as homenagens promovidas pelo Grupo Nabeiro ao fundador da Delta Cafés, que incluem ainda quatro ruas enramadas e uma instalação inspirada no jardim de flores cultivado pela mãe do empresário.

GLA elétrico desde 55 400 euros

A Mercedes-Benz abriu as encomendas do novo GLA elétrico em Portugal. A gama arranca com o GLA 250+, disponível desde 55 400 euros, e inclui o GLA 350 4MATIC, com tração integral, a partir de 59 950 euros. Ambas as motorizações utilizam uma bateria de 85 kWh, oferecem até 657 km de autonomia e suportam carregamentos rápidos de 320 kW.

Villa Romana da Horta da Torre é ativo estratégico no interior alentejano

M. MARGARIDA PEREIRA-MÜLLER
agenda@grupovidaeconomica.pt

Num contexto global de redefinição dos modelos de turismo e de valorização territorial, o património arqueológico e histórico deixou de ser visto apenas como um testemunho passivo do passado para se afirmar como um ativo económico dinâmico. No interior de Portugal, designadamente no Alentejo, a escassez de investimento estrutural e o despovoamento colocam desafios severos ao desenvolvimento sustentável. Contudo, é precisamente nestas geografias que assentam recursos endógenos únicos, com elevado potencial de atração de capital, ciência e fluxos turísticos de alto valor acrescentado.

A Villa Romana da Horta da Torre, localizada em Cabeço de Vide, no concelho de Fronteira, figura como um caso paradigmático desta equação. Muito além da sua inegável relevância historiográfica, a estação arqueológica encerra lições sobre redes comerciais da Antiguidade, cadeias de abastecimento complexas, investimento em infraestruturas e ostentação de poder financeiro. Paralelamente, no presente, o projeto de escavação e salvaguarda do sítio ilustra um modelo eficiente de cooperação entre entidades públicas e a universidade, em que a escassez de recursos públicos é colmatada por sinergias locais que geram retorno direto para a economia concelhia.

Um modelo de investimento com retorno local

A investigação e a conservação do património em Portugal enfrentam, de forma recorrente, limitações orçamentais e dependência de fundos intermitentes. A intervenção na Villa Romana da Horta da Torre, sob a liderança científica de André Carneiro, da Universidade de Évora, contorna parte destas restrições estruturais através de uma arquitetura de financiamento e logística assente na parceria local.

O projeto articula-se em duas campanhas anuais de escavação, com a duração de duas semanas cada. A operação envolve dezenas de estudantes e investigadores de História e Arqueologia, que deslocam a sua atividade profissional e académica para o terreno.

A análise da Villa Romana da Horta da Torre sob uma ótica económica revela que o complexo não funcionava simplesmente como uma unidade produtiva agrícola rústica. Tratava-se, sobretudo, da residência de representação (segunda habitação)



de um dominus, um proprietário rural de elevado poder económico e estatuto social na Antiguidade Tardia (séculos III a V d.C.).

Luxo, engenharia e redes comerciais do Império

O luxo patente nas ruínas exigiu, à época, montantes de capital comparáveis aos grandes investimentos imobiliários privados das metrópoles romanas. O destaque arquitetónico vai para a sala de banquetes (stibadium), cenograficamente integrada com um nymphaeum (espelho de água). A circulação contínua de água não cumpria apenas uma função estética ou recreativa; tratava-se de um sistema de climatização passiva de elevado custo de engenharia, projetado para atenuar as temperaturas extremas do verão alentejano.

A villa integrava ainda um complexo termal privado, dotado de caldarium (sala quente) e tepidarium (sala morna), cujo aquecimento dependia de um complexo sistema de piso suspenso (hypocaustum), alimentado por fornos (praefurnia). Adicionalmente, o grande peristilo monumental, um pátio central colonado, distribuía a luz, regulava a ventilação e articulava os fluxos entre as áreas privadas, de receção e de serviço.

O investimento na construção da villa mobilizou indústrias extrativas locais e regionais. As paredes e os pavimentos

eram revestidos por placas de mármore provenientes das pedreiras de Estremoz e do Vimieiro, demonstrando o recurso a fornecedores de proximidade de altíssima qualidade. O interior das abóbadas era decorado com frescos em estuque de cores vivas, cujos pigmentos exigiam a importação de matérias-primas minerais de elevado valor comercial.

Este nível de monumentalidade no interior alentejano prova que o capital privado provincial detinha capacidade financeira para replicar os padrões de consumo e conforto da elite urbana de Roma ou de Augusta Emerita (Mérida).

Um dos aspetos mais reveladores da economia da Villa Romana da Horta da Torre provém da análise dos depósitos domésticos de lixo (lixeiros de cozinha). O estudo minucioso de restos orgânicos e materiais cerâmicos permite mapear a inserção do Alentejo rural nas grandes redes de comércio internacional do Império Romano.

Os achados zooarqueológicos revelam o consumo regular de proteína animal de elite, como veado, javali e coelho, que funcionavam como um claro indicador de prestígio e lazer reservado aos grandes proprietários rurais. Mais surpreendente é a descoberta de recursos marinhos, incluindo ostras, mexilhões e espinhas de peixe fresco, a par de fragmentos de cerâmica fina importada (terra sigillata), originária da Gália, da Hispânia e do Norte de África.

ca, bem como de ânforas que continham vinhos e azeites mediterrânicos.

A presença de marisco num sítio situado a mais de uma centena de quilómetros da linha de costa demonstra a existência de uma cadeia de abastecimento altamente organizada. Para garantir que estes recursos chegassem em condições de consumo à mesa do dominus, era necessário um transporte rápido, possivelmente recorrendo a técnicas rudimentares de conservação com gelo ou salmoura, bem como a uma rede viária bem mantida. O custo associado ao transporte de produtos perecíveis transformava o marisco num bem de luxo inacessível à maioria da população, funcionando como um símbolo explícito de estatuto socioeconómico.

Património como estratégia de desenvolvimento

Com a desestruturação do Império Romano, a partir do século V d.C., a villa perdeu a sua função original de ostentação. Durante os períodos visigótico e islâmico, as estruturas sumptuosas sofreram reconfigurações pragmáticas, sendo adaptadas a habitações mais simples ou a áreas de trabalho, até ao seu progressivo soterramento.

Atualmente classificada como Sítio de Interesse Público, a Villa Romana da Horta da Torre representa um ativo cultural de primeira ordem. A sua valorização económica passa pela integração em circuitos turísticos regionais, articulando-se com o turismo termal e com a oferta gastronómica e hoteleira de Cabeço de Vide.

A história da Villa Romana da Horta da Torre ensina-nos que o Alentejo rural nunca esteve isolado dos grandes fluxos económicos e culturais do mundo ocidental. Há um milénio e meio, a região atraía investimentos vultosos em tecnologia hidráulica, arquitetura e bens de consumo provenientes de diferentes regiões do Império.

Hoje, a continuidade das escavações arqueológicas, sustentada pela colaboração entre a Universidade de Évora e o Município de Fronteira, demonstra que o investimento na cultura e na ciência produz retornos tangíveis. Ao devolver à luz este património, a comunidade local não só resgata a sua identidade histórica, como também consolida uma infraestrutura imaterial capaz de diferenciar o território, atrair turismo de qualidade e impulsionar a economia regional num mercado global crescentemente competitivo.

“Há 1500 anos, o Alentejo já integrava as redes do comércio global”